

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**RELAÇÕES ENTRE ESTADO E EMPREENDEDORISMO: uma abordagem multifacetada**

RELATIONS BETWEEN STATE AND ENTREPRENEURSHIP: a multifaceted approach

Ana Keuly Luz Bezerra¹**Fernanda Raquel dos Santos Sousa²****RESUMO**

As últimas décadas do século XX assistiram a um aumento de interesse acerca do empreendedorismo pelos diversos campos de estudo. Diante desse cenário, tem-se como objetivo geral discutir a relação entre o Estado e o empreendedorismo. A pesquisa é classificada, segundo seu objetivo, como exploratória e descritiva. Utilizou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica. Nota-se que o apoio estatal é importante para fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento local, especialmente na América Latina. Destaca-se algumas ações que o Estado pode realizar para promover o empreendedorismo, como: ambiente regulatório, P&D e tecnologia, capacidade empreendedora, cultura, acesso a finanças e condições de mercado.

Palavras-chave: Estado. Empreendedorismo. América Latina.**ABSTRACT**

The last decades of the 20th century saw an increase in interest in entrepreneurship across different fields of study. Given this scenario, the general objective is to discuss the relationship between the State and entrepreneurship. The research is classified, according to its objective, as exploratory and descriptive. Bibliographical research was used as a technical procedure. It is noted that state support is important to encourage entrepreneurship and local development, especially in Latin America.

Keywords: State. Entrepreneurship. Latin America

¹ Instituto Federal do Piauí, doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPI, analuz@ifpi.edu.br_

² Universidade Estadual do Piauí, doutoranda em Políticas Públicas - UFPI, fernandasousa@urc.uespi.

1 INTRODUÇÃO

A economia no Brasil, a exemplo da maioria das nações do mundo, segue o sistema econômico baseado na economia de mercado, predominante na economia global contemporânea. A economia de mercado é um sistema econômico organizado no seio do desenvolvimento do capitalismo e tem como premissa básica a centralidade do mercado na economia. A Ciência Econômica Ortodoxa defende o liberalismo econômico, por meio da redução dos papéis exercidos pelo Estado. Trata-se da defesa do chamado Estado mínimo, o Estado, nesse caso, não deve atuar na atividade econômica, ficando restrito a ações específicas e mínima possível na economia.

Na economia de mercado, o produtor individual decide como investir seus recursos, o que comprar, o que vender, o que produzir e quanto produzir. As principais características da economia de mercado são: predominância de empresas privadas; lei da oferta e da procura; livre concorrência; incentivo à dinamização e inovação das empresas e pouca intervenção do Estado (Pena, 2020a).

A riqueza de um país é medida por sua capacidade de produzir em número suficiente os bens e serviços necessários ao bem-estar de sua nação. A realidade é que o Brasil, apesar de todo o progresso, continua sendo um dos países com uma das maiores desigualdades de renda do mundo. O desenvolvimento econômico, no que diz respeito ao seu processo, demanda a geração de emprego e renda para a população. Nos países em desenvolvimento, o empreendedorismo pode ampliar a criação de novos postos de trabalho.

O papel do empreendedor no desenvolvimento econômico implica mais do que apenas o acréscimo de produção e renda *per capita*. Inclui iniciar e construir mudanças na composição do negócio e da sociedade. Tal mudança é seguida pelo crescimento e por maior produção, permitindo que mais riqueza seja dividida pelos vários componentes (Hisrich; Peters, 2004).

Lederman *et al.* (2014) enfatizam o papel do empreendedorismo para o crescimento, o desenvolvimento e a criação de empregos na América Latina. Ainda que a Região tenha um ecossistema empreendedor, as empresas, comparadas com as de outras regiões, são pequenas em tamanho e menos propensas a crescer e inovar.

Apesar dos investimentos serem menores na América Latina quando comparados aos países desenvolvidos, os empreendedores latino-americanos investem mais em negócios informais do que países desenvolvidos. Nota-se, também, que os dados sobre inovação

revelaram que a América Latina, além de produzir poucos produtos novos, possui uma gestão dos empreendedores de alta qualidade deficitária, reduzidos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e geração de patentes. (Biff *et al.*; 2007).

Diante o exposto tem-se como objetivo geral discutir a relação entre o Estado e o empreendedorismo. A pesquisa é classificada, segundo seu objetivo, como exploratória e descritiva. Utilizou-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, dado que ela “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44).

Neste artigo, abordam-se os aspectos teóricos e fundamentais desta pesquisa. Inicialmente com a seção “Estado, capitalismo, economia e empreendedorismo”, na qual apresenta-se as fases do capitalismo, as teorias que explicam o crescimento econômico e a relação entre Estado e empreendedorismo. Em seguida, destacam-se aspectos conceituais do empreendedorismo. Finaliza-se o capítulo com ações para promover o empreendedorismo. Deste modo tem-se um embasamento para melhor compreensão do assunto em estudo.

2 ESTADO, CAPITALISMO, ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO

A economia de mercado, também chamada de sistema capitalista, foi surgindo em paralelo à decadência (enfraquecimento) do sistema feudal a partir do século XV. O capitalismo evoluiu ao longo dos séculos até os dias atuais, passando inicialmente por uma fase do capitalismo comercial, também chamada de mercantilismo (Século XV – XVIII). Em seguida, avançou para o capitalismo industrial, que se iniciou com a revolução industrial na Inglaterra (Século XVIII – XIX); no final do século XIX até a crise dos anos 1930 ocorreu a dominância do capital monopolista ou capitalismo monopolista estando atualmente na fase do capitalismo financeiro (iniciado no fim do Século XX), que se caracteriza pela dominância do capital fictício e por grande concentração de capital nas mãos dos bancos e das grandes empresas. (Carvalho, 2024).

No período do capitalismo comercial, o modelo econômico praticado foi chamado de Mercantilismo e caracterizava-se pelo fortalecimento dos Estados Nacionais e sua forte intervenção na economia. Seu papel era assegurar a máxima acumulação de lucros por parte da burguesia e da aristocracia, bem como disputar os mercados internacionais e o melhor acesso a matérias-primas (Penha, 2020b). Entre o século XVI e o século XVIII, o capital se

expandiu da esfera da circulação de mercadorias penetrando na atividade produtiva e transformou a produção em manufatura.

Na fase do capitalismo industrial, o poder passou para as mãos da burguesia, que começou a crescer com a intensificação do comércio. As ideias de economia dominantes estavam baseadas no liberalismo econômico. Essa corrente de pensamento – cujo principal pensador foi Adam Smith – defendia o Estado mínimo e a não intervenção estatal na economia. Segundo seus defensores, a lei de oferta e procura e a competição do mercado, garantiriam melhores resultados para a sociedade como um todo. O modo de produção vigente permitia o aumento da produtividade, a diminuição dos valores das mercadorias e a acumulação de capital. Por outro lado, esses avanços só foram possíveis a partir de condições precárias de trabalho, jornadas de trabalho muito altas, diminuição dos salários e aumento do desemprego (Carvalho, 2024).

No último quartel do século XIX até a crise dos anos 1930 foi o período de dominação do capital monopolista ou capitalismo monopolista. Nesse período, predominou a lógica do capital com a concentração e centralização, eliminando a chamada livre concorrência e dando início aos grandes trustes e cartéis que se beneficiaram com as políticas impostas pelos seus Estados nacionais.

Aconteceu o surgimento de grandes empresas, que passaram a se dividir em ações que eram negociadas em bolsa de valores, sendo cada vez mais valorizadas à medida que os lucros das empresas se ampliaram. Nesse período surgiram e se expandiram as Transnacionais, também chamadas de Multinacionais ou Empresas Globais, que rapidamente se instalaram nos vários países, principalmente os subdesenvolvidos, em busca de matéria-prima, mão de obra barata e ampliação do mercado consumidor. Essas empresas, cada vez mais, dominaram o mercado internacional, monopolizando-o (Pena, 2020b).

O período atual é de capitalismo mundializado ou da globalização. O capital apresenta um processo de dominância financeira e valorização do capital fictício ao redor do mundo, estimulados pelas políticas liberais aplicadas e recomendadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Grupo Banco Mundial (GBM). Essa fase está baseada nas leis das instituições financeiras e dos grandes grupos empresariais presentes no mundo todo, chamada de capitalismo financeiro ou globalização. É um período caracterizado por elevada concorrência internacional, monopólio comercial, evolução tecnológica, globalização e elevadas taxas de urbanização. Iniciada no final da década de 1970

é o período de domínio e volta da fase liberal, com suas ideias de desregulamentação, privatização e abertura de mercados de bens e capital.

Em todo o período de existência e avanço da economia de mercado sua característica principal é a constante e progressiva expansão e crescimento econômico. A explicação e o motivo que levam esse sistema a crescer são os mais diversos pontos, os economistas clássicos explicam que as inovações tecnológicas, a expansão do comércio mundial, a exportação de capitais e o controle da natalidade são os principais fatores que possibilitam o crescimento econômico e postergamento do estado estacionário. A redução do custo de manutenção do trabalhador e o aumento da produtividade evitam a queda da taxa de lucro e possibilitam maior acumulação e crescimento (Souza, 1999).

O estado estacionário desloca-se no tempo, criando patamares de crescimento e de desenvolvimento econômico. No modelo clássico de crescimento, a mudança econômica depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas. Na abordagem clássica, a trajetória temporal do crescimento efetua-se com o declínio da taxa de lucro e com conflito distributivo (Souza, 1999).

Já na visão de Karl Marx o conflito distributivo realiza-se na órbita do capital e do trabalho, com a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, definidos como proprietários dos meios de produção. Estes, no entanto, não estão imunes às crises do sistema, em face das flutuações periódicas dos negócios. Eles podem incorrer em perdas e entrar em falência, gerando desemprego. A concorrência por fatias crescentes do mercado dá lugar ao surgimento de grandes grupos empresariais, concentração e acumulação de capital. Pequenas empresas encerram suas atividades com a mesma facilidade com que são criadas. O processo de crescimento capitalista, na visão de Marx, ocorre com desemprego de trabalhadores e concentração de renda e riqueza (Souza, 1999).

Na abordagem neoclássica predomina uma visão otimista do processo de produção. O crescimento econômico gera distribuição equitativa para todos os agentes econômicos segundo sua contribuição ao processo produtivo. Ademais, supõem que o crescimento econômico tende a elevar os salários reais dos trabalhadores a longo prazo, tendo em vista a contínua demanda de trabalho. Para isso, contribui a mecanização do trabalho, que aumenta sua produtividade, gerando rendas médias maiores tanto para os capitalistas como para os trabalhadores (Souza, 1999).

Uma primeira corrente economista, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquadrando-se na primeira corrente os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como o de Solow-Meade. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente, enquadrando-se nesta corrente os de inspiração keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor (Souza, 1999).

Ainda associados a essa noção, emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática. A ideia é a de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico (Souza, 1999).

Para Schumpeter (1982), o empreendedorismo é fator determinante do crescimento econômico, pois parte do princípio de que o empreendedor promove o progresso econômico por meio da “destruição criativa” e “acumulação criativa”. A função do empreendedor como destruidor criativo é a concepção de novos mercados, indústrias, produtos e métodos de produção capazes de modificar os padrões de consumo atuais da economia, de tal forma que estes se tornam visualmente obsoletos. Deste modo, o progresso econômico é estimulado pela busca incessante de inovação.

Vale ressaltar que para Schumpeter apenas as grandes empresas têm o poder de gerar inovações, pelos seguintes motivos: possuem poder de mercado e grande potencial financeiro, são capazes de investir grandes montantes em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que, por consequência, promove inovações. A análise de Schumpeter, coloca em destaque o dinamismo da oferta na explicação do crescimento econômico. Não há uma preocupação com a taxa de salários e com o nível da demanda efetiva. Enquanto novos produtos e novos processos de produção estiverem sendo adotados pelo empresário inovador, com auxílio do crédito bancário, a economia estará em crescimento (SOUZA, 1999).

Mais recentemente, a partir da teoria do Crescimento Endógeno de Lucas (1988), Audrestch, Keilbach e Lehmann em 2006, fundamentaram a Teoria do Empreendedorismo pelo Transbordamento do Conhecimento, a qual tem como pressuposição de que o empreendedorismo é uma resposta endógena aos investimentos em P&D que não foram completamente aproveitados. Para esses autores, o empreendedorismo contribui para o

crescimento econômico por favorecer o transbordamento e a comercialização do conhecimento.

Crescimento econômico está diretamente relacionado com variáveis, tais como: população, comércio internacional, nível de educação, capital, investimentos, P&D, tecnologia, inovação, empreendedorismo, dentre outros. Em termos gerais, pode-se dizer que o crescimento econômico é conduzido por fatores que interagem entre si. Por exemplo, a ampliação do nível educacional em um país favorece o P&D, que pode gerar aumento tecnológico, inovação e empreendedorismo (Almeida, Sedyama; Santiago, 2016).

2.1 EMPREENDEDORISMO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Partindo de uma análise histórica que se inicia na Roma antiga, Baumol (2007) reúne evidências para sustentar que o talento empreendedor é um tipo de matéria prima que existe por toda parte e que sempre existiu: “Sempre houve indivíduos imaginativos, inventivos e tomadores de risco que seguiram a avenida mais proeminente então disponível na busca por riqueza, poder e prestígio”. (Baumol, 2007, p. 166).

Cruz Jr. *et al.* (2006) evidenciam que a palavra “empreendedorismo” foi traduzida do inglês *entrepreneurship*, que foi derivada do latim *imprehendere*, tendo o significado de empreender. Sua tradução para a língua portuguesa ocorreu no século XV. Por outro lado, outros autores argumentam que o termo “empreendedor” (*entrepreneur*) tem origem francesa e, a partir dos séculos XVII e XVIII, empreendedor era a pessoa que intermediava as relações de troca entre compradores e fornecedores (Dornelas, 2014; Oliveira; Melo; Muylder, 2016; Santos, 2014).

Segundo Costa, Barros e Carvalho (2011), na literatura, encontram-se três abordagens correntes do empreendedorismo: a primeira comportamental, a segunda gerencial e a terceira econômica. Na abordagem comportamental, observa-se que o foco do empreendedor está nas dimensões sociais como: educação, formação e família, já que isso afeta o seu comportamento e suas ações inovadoras no cotidiano. Já na abordagem gerencial, o empreendedor é visto como o mediador e/ou facilitador de organizações, isto é, ele busca se relacionar com outras empresas em prol do crescimento de uma região; e na abordagem econômica, o empreendedor é a figura central do capitalismo e suas ações estão relacionadas à criação de novas empresas, lucratividade e diversificação de mercados (Reis, 2016).

Para Dornelas (2014), atualmente, a nova abordagem chama-se: era do empreendedorismo. Ela possibilita a eliminação de barreiras comerciais, culturais, cria novos comportamentos, abre mercados globais, encurta distâncias, quebra paradigmas globais e gera riqueza à sociedade.

Schumpeter associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios. O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologias (Schumpeter, 1961). Portanto, o empreendedor é um inovador e desenvolve tecnologia que ainda não foi testada. Há, então, o processo de “destruição criativa” com a introdução de novos produtos ou serviços em substituição aos que eram utilizados.

As vantagens do processo de “destruição criativa” para a população e o país são evidentes. Ambos, vão dispor, por meio da criatividade dos empreendedores, a cada novo dia, de novos empregos, de novos produtos e serviços mais eficientes e mais baratos para atender às suas necessidades e para exportar para outros países.

2.2 AÇÕES PARA PROMOVER O EMPREENDEDORISMO

Igualmente importante é o conceito de ecossistema empreendedor, entendido por Isenberg (2011) como um conjunto de variáveis influenciadoras do desenvolvimento das atividades empreendedoras que são: políticas públicas e liderança, recursos financeiros, cultura, qualificação dos recursos humanos, mercados receptivos aos produtos e variedade de suportes institucionais e de infraestrutura.

O conceito também é analisado sob outros ângulos, como, por exemplo, os estudos de Moore (1993) mais direcionados à ecologia de empresas, que determinam as condições influenciadoras do contexto para a criação de novos negócios. Na mesma linha de raciocínio, a Endeavor Brasil (2017) propõe a análise do ambiente empreendedor por meio dos seguintes fatores determinantes: ambiente regulatório, no qual se inclui tempo de processos, custo de impostos e complexidade; infraestrutura como transporte interurbano e condições urbanas; a determinante “mercado” é formada por desenvolvimento econômico e clientes potenciais.

Outro determinante é o acesso a capital, como por exemplo, capital disponível via dívida e acesso a capital de risco; seguindo, destaca-se capital humano com acesso e qualidade

de mão de obra básica e qualificada; e por último a cultura onde nota-se o potencial e a imagem do empreendedor. (Endeavor, 2017).

Alguns exemplos de ações desenvolvidas relacionadas com o empreendedorismo são: programas de incubação de empresas e parques tecnológicos; desenvolvimento de currículo integrados que estimulem o empreendedorismo em todos os níveis, da educação fundamental à universitária; programas e incentivos governamentais para promover a inovação e transferência de tecnologia; subsídios governamentais para criação e desenvolvimento de novas empresas; criação de agências de suporte ao empreendedorismo e à criação de negócios; programas de desburocratização e acesso ao crédito para pequenas empresas; desenvolvimento de instrumentos para fortalecer o reconhecimento da propriedade intelectual, entre outros (Dornelas, 2014).

Constata-se que as regiões mais desenvolvidas têm disseminado, entre as suas políticas educativas, o desenvolvimento das competências empreendedoras. Por essa razão, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, isso tornou-se uma prioridade entre as políticas educativas de vários países e organizações. No entanto, se na primeira década o foco era simplesmente nos negócios, atualmente verificam-se outras tendências, que resultam das mudanças exponenciais verificadas a nível global.

Entre elas salienta-se o predomínio do digital, a resolução dos problemas da saúde e longevidade, a preservação sustentável do ambiente e a coesão social. Estas são tendências incontornáveis quando se pretende desenhar e implementar produtos e serviços inovadores e de valor em qualquer região do mundo (Jardim, 2020).

Existem muitos modos para promover o empreendedorismo nas regiões. No entanto, para que venham a originar comportamentos e negócios inovadores, impõe-se a definição de políticas promotoras da cultura empreendedora, bem como a criação de estruturas e organizações cuja finalidade principal seja dar suporte técnico aos empreendedores na elaboração, concretização, avaliação e expansão dos seus modelos de negócio. (Guimarães, 2002; Jardim; Silva, 2019).

As regiões empreendedoras definem políticas e estratégias inovadoras que fazem convergir sinergicamente ações educativas, culturais, académicas e empresariais conducentes à ativação dos fatores determinantes do empreendedorismo. Deste modo, neste tempo global, tecnológico e complexo, formam-se ecossistemas regionais favoráveis à criação de produtos e serviços originais e de valor. Por isso mesmo, um dos desafios mais proeminentes

da sociedade atual é que sejam desenhadas políticas e estratégias econômicas e sociais convincentes e inovadoras, capazes de mobilizar pessoas, instituições e empresas num desígnio de crescimento econômico, de coesão social e de sucesso organizacional (Jardim, 2020).

No Brasil, o conceito de cidades empreendedoras ainda está em amadurecimento, mas já existem iniciativas de incentivo, com a criação de núcleos voltados para a tecnologia em cidades como Recife (PE), onde foi criada uma área específica para a reunião de pequenas empresas e incubadoras ligadas à área de tecnologia. Em algumas regiões do Brasil o empreendedorismo tem ganho progressivamente maior visibilidade.

Um país empreendedor oferece oportunidades e infraestruturas para ajudar o empreendedor a criar, e gerir o seu negócio (Ferreira *et al.*, 2008; Sarkar, 2014). A existência de universidades empreendedoras, de investimento governamental e privado, de incubadoras e a presença de profissionais qualificados, tanto locais como advindos de outras regiões, origina, em geral, um contexto favorável ao crescimento da cultura empreendedora, com a correspondente capacitação para a criação de empresas, o que auxilia o desenvolvimento sustentável de uma região (Freitas; Kitson, 2018).

3 CONCLUSÃO

Este estudo pretendeu discutir a relação entre o Estado e o empreendedorismo. O empreendedor é um ator social que exerce papéis fundamentais em instituições-chaves da economia de mercado e que, por isso, tende a ocupar posições importantes na sociedade capitalista, tendo o empreendedorismo como ferramenta agregadora, principalmente, no que tange a formação de pequenas empresas.

Atualmente, o Empreendedorismo é reconhecido como promotor do desenvolvimento econômico, por sua capacidade de gerar empregos, pela criação de produtos inovadores, pela atuação na busca de soluções para questões sociais e até mesmo pela sua inclusão em programas governamentais com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento local e regional.

O debate acerca do ecossistema de empreendedorismo tem-se intensificado em vários países, inclusive nos países latino-americanos. Todavia, a identificação dos principais gargalos, do ecossistema empreendedor, oportuniza aos países estabelecerem políticas específicas para o fomento e fortalecimento de seus ecossistemas. Nesse sentido, os gestores públicos e

privados precisam estabelecer políticas que promovam e fortaleçam esse ecossistema de empreendedorismo.

Na atualidade, especificamente no Brasil, iniciativas se intensificam e algumas estão se estabelecendo ao ponto de até ocorrer o ensino da disciplina Empreendedorismo em todos os níveis de ensino, inclusive na educação básica. Uma outra iniciativa de referência são os programas de incubação de empresas, apoiados pelo SEBRAE e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), que viabilizaram o aumento no número de publicações destinadas ao tema.

Contudo, percebe-se que a taxa de inovação nas empresas brasileiras ainda é bastante tímida. O Brasil está entre as últimas posições no ranking mundial quando o assunto é potencial tecnológico. Ou seja, os empreendedores não utilizam novas tecnologias ou processos em seus negócios, reforçando um senso de urgência para que agentes públicos e instituições assimilem a necessidade em desenvolver políticas e instrumentos capazes de impulsionar a gestão da inovação, aliadas ao desenvolvimento de capacitações tecnológicas regionais e esforços ao preenchimento da lacuna existente entre insumos (instituições, recursos humanos, pesquisa, infraestrutura, acesso a mercado e empresarial) e produtos de inovação.

Destaca-se um conjunto de variáveis influenciadoras e apoiadas pelo poder estatal no desenvolvimento das atividades empreendedoras, que são: políticas públicas e liderança, recursos financeiros, cultura, qualificação dos recursos humanos, mercados receptivos aos produtos, e variedade de suporte institucionais e de infraestrutura. ambiente regulatório, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e tecnologia, capacidade empreendedora, cultura, acesso a finanças e condições de mercado. Observa-se, os seguintes fatores determinantes: ambiente regulatório; infraestrutura; mercado; acesso a capital; capital humano e cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. M.; SEDIYAMA, G. A. S.; SANTIAGO, F. A. A Contribuição do empreendedorismo para o crescimento econômico dos Estados Brasileiros. In: **Anais do XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER)**, 2015, ABER, Curitiba-PR, 2015.

BAUMOL, W. J. *Analysis of Capitalism's Unparalleled*. SHESHINSKI, E.; STROM, R. J.; BAUMOL, W. J. (Ed.) ***Entrepreneurship, Innovation, and The Growth Mechanism of the Free-Enterprise Economies***. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2007.

BIFF, M. *et al.* Empreendedorismo e inovação: o perfil da América Latina. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S.l.], abr./jun. 2017.

CARVALHO, T. A origem do sistema capitalista. **Politize**. 2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistema-capitalista-origem/> Acesso em: 11 de março de 2024

COSTA, A. M. da.; BARROS, D. F.; CARVALHO, J. L. F. A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 179-197, mar. -abr. 2011.

CRUZ JR., J. B. Empreendedorismo e educação empreendedora: confrontação entre a teoria e prática. **Revista de Ciência da Administração**, v. 8, n. 15, p. 1-22, jan. - jun. 2006.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 5a Ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

FERREIRA, M. P.; SANTOS, J. C.; SERRA, F. R. **Ser Empreendedor: Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa**. Edições Sílabo. 2008.

FREITAS, C.; KITSON, M. *Perceptions of entrepreneurial ecosystems in remote islands and core regions*. **Island Studies Journal**, v.13, n. 1, p. 267–284, 2018.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, L. D. E. O. **A Experiência Universitária Norte-Americana na Formação de Empreendedores** - Contribuições das Universidades de Saint Louis, Indiana e Babson College. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2002.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. Tradução: Lene Belon Ribeiro. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Índice de Cidades Empreendedoras Brasil (2017). **Endeavor Brasil**, 2017. Disponível em

<<https://info.endeavor.org.br/ice2017>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

ISENBERG, D. **The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship**. Babson Park, MA, USA: Babson College. 2011. Disponível em <http://www.innovationamerica.us/images/stories/2011/The-entrepreneurship-ecosystem-strategy-for-economic-growth-policy-20110620183915.pdf> Acesso em: 03 dez. 2023.

JARDIM, J. Regiões empreendedoras: descrição e avaliação dos contextos, determinantes e políticas favoráveis à sua evolução. **Revista de Divulgação Científica AICA**. 2020.

JARDIM, J.; SILVA, H. Estratégias de educação para o empreendedorismo. In J. JRDIM, J. E. Franco (Eds.), **Empreendipédia - Dicionário de Educação para o Empreendedorismo**. Gradiva. p. 338–342, 2019.

LEDERMAN, D. *et al.* **Latin American Entrepreneurs: many firms but little innovation.** Washington: World Bank, 2014.

LUCAS, R. E. *On the mechanics of economic development.* **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n.1, p. 3-42, 1988.

MOORE, J. F. **Predators and Prey: A new ecology of competition.** *Harvard Business Review*. 1993. Disponível em: <https://hbr.org/1993/05/predators-and-prey-a-new-ecology-of-competition> Acesso em: 03 dez. 2023.

OLIVEIRA, A. G. M.; MELO, M. C. O. L.; MUYLDER, C. F. Educação empreendedora: o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social em instituições de ensino superior. **Revista Administração em Diálogo**, v. 18, n. 1, p. 29-56, jan. - abr. 2016.

PENA, R. F. A. "Economia de Mercado"; **Brasil Escola**, 2020a. Disponível em: <https://brasilescol.com.br/geografia/economia-mercado.htm>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PENA, R. F. A. "O que é Capitalismo?"; **Brasil Escola**, 2020b. Disponível em: <https://brasilescola.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-capitalismo.htm>. Acesso em: 08 jan. 2024.

REIS, W. C. **Criação de valor simbólico no artesanato Quilombola de Moju, no Pará:** um estudo no campo do empreendedorismo cultural sob a ótica da Teoria da Recepção de Stuart Hall. 2016. 188 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2016

SANTOS, P. M. de. **Incubação de negócios em Pernambuco:** o caso da INCUBATEC Rural. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014.

SARKAR, S. **Empreendedorismo e Inovação.** Escolar Editora, 2014.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico,** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico.** 4a Ed. São Paulo: Atlas, 1999.